



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

78

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000900-34.2013.8.17.0630 (0348138-9)
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE GAMELEIRA
AGRAVADO: ZAURA MATIAS DA SILVA
COMARCA: VARA ÚNICA DE GAMELEIRA
RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. DIREITO AO SALÁRIO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012 E GRATIFICAÇÃO NATALINA DO MESMO ANO. ÔNUS PROBANTE QUE RECAIU SOBRE A MUNICIPALIDADE, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II, CPC, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS.

1. De acordo com o disposto no art. 333, inciso II, CPC, competia à administração pública comprovar o pagamento dos valores devidos aos contratados temporariamente, ônus do qual não se desincumbiu;
2. Demonstrado oportunamente o pagamento de parte do débito por força do TAC firmado pelo Município e o Ministério Público, impõe-se a compensação da quantia já paga, nos moldes definidos na sentença de primeiro grau;
3. Não se deve, em atenção ao princípio da razoabilidade e às regras processuais vigentes, fixar os honorários de sucumbência em valor ínfimo, sob pena de se incorrer em verdadeiro aviltamento do exercício da advocacia;
4. Recurso de Agravo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo na Apelação nº 0348138-9, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do voto do relator.

Recife, 26 de setembro de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

7a

VOTO

Trata-se de recurso de agravo na apelação interposto pelo **MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** (fls.64/70), contra decisão terminativa desta relatoria (fls.56/61) que confirmou a sentença para condenar a Fazenda Pública a pagar o valor de R\$ 1.386,00, atualizado e com incidência de juros a partir da citação, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, nos autos da Ação de Cobrança proposta por **ZAURA MATIAS DA SILVA**.

Inconformada com a decisão monocrática, a Fazenda Pública interpôs o presente recurso de agravo na apelação, no qual sustenta, em síntese, a extinção do direito pleiteado pela Autora desde a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual e a exorbitância dos honorários advocatícios de sucumbência.

Pugna pelo provimento do recurso para reformar a condenação, julgando totalmente improcedente a ação e, subsidiariamente, a redução dos honorários advocatícios.

É o relatório.

Passo a **DECIDIR**.

A matéria recursal já foi robustamente enfrentada quando da prolação da decisão terminativa de fls.56/61, razão pela qual peço *venia* para expor os mesmos fundamentos outrora utilizados.

Oportunamente, transcrevo a ementa da decisão recorrida:

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. DIREITO AO SALÁRIO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012 E GRATIFICAÇÃO NATALINA DO MESMO ANO. ÔNUS PROBANTE QUE RECAIU SOBRE A MUNICIPALIDADE, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II, CPC, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS.

1. De acordo com o disposto no art. 333, inciso II, CPC, competia à administração pública demonstrar o pagamento dos valores devidos aos



80
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

contratados temporariamente, ônus do qual não se desincumbiu;

2. Demonstrado oportunamente o pagamento de parte das parcelas pleiteadas por força de TAC firmado pelo ente público e a Municipalidade, impõe-se a exclusão tão somente dos valores comprovadamente adimplidos do montante total do débito, nos moldes definidos na sentença de primeiro grau;

3. Não se deve, em atenção ao princípio da razoabilidade e às regras processuais vigentes, fixar os honorários de sucumbência em valor ínfimo, sob pena de se incorrer em verdadeiro aviltamento do exercício da advocacia;

4. Recurso de apelação ao qual se nega seguimento, com fulcro no art. 557, caput, CPC.

Registre-se que o recorrente não trouxe nessa oportunidade novos argumentos capazes de alterar a convicção deste julgador, limitando-se a ratificar as mesmas razões apresentadas no recurso de apelação.

Assim sendo, passo a expor a razões de decidir da seguinte maneira:

Durante a instrução processual, a autora/apelada se desincumbiu do ônus probatório ao demonstrar inequivocamente a sua condição de servidora pública municipal (fls.06). Por outro lado, o réu/apelante não logrou êxito em demonstrar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora/apelada, pois não trouxe aos autos os comprovantes de pagamento das parcelas remuneratórias pleiteadas, ônus que lhe incumbia, nos moldes do art. 333, II, do CPC.

Nesse sentido é o entendimento deste egrégio Tribunal de Justiça Estadual:

DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de ação de cobrança de verbas salariais não pagas, na qual restaram acostados aos autos documentos suficientes à propositura da ação e comprobatórios do vínculo funcional mantido pelas ex-servidoras com a Municipalidade. 2. Nesse contexto, anotou-se que as alegações referentes à origem do débito, bem como quanto ao fato de tais valores não



81

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

estarem contabilizados como "restos a pagar", não eximem o Município da responsabilidade para com o pagamento das verbas pleiteadas, o qual, aliás, há de ser feito pelo regime de precatório, de natureza constitucional, o que à evidência não vulnera a legislação infraconstitucional orçamentária ou de responsabilidade fiscal. 3. Destarte, observou-se que o Município apelante não fez prova de todos os pagamentos devidos às servidoras substituídas, a tempo e modo, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência do pedido, tal como deferido pela sentença a quo. 4. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, arbitrada em harmonia com o juízo equitativo a que se reporta o art. 20, § 4º, do CPC. 5. Apelo improvido, à unanimidade. AC 0000339-71.2011.8.17.0600, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2008. ALEGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUE NÃO PAGOU ESSA VERBA PORQUE A DESPESA NÃO FOI INSCRITA EM RESTOS A PAGAR, VIOLANDO, POIS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR QUE SE SOBREPÕE À REFERIDA LEI. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM QUANTUM RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trata-se de demanda envolvendo servidores públicos, telefonistas, do Município de Camutanga que visa ao recebimento de salário atrasado relativo ao mês de dezembro de 2008. 2. Creio que é descabida a arguição do Município de que a responsabilidade pelo pagamento das verbas inexistente, por não fazer parte dos restos a pagar na prestação de contas da gestão anterior, indo de encontro ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 3. Sabe-se que o salário do servidor público tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente no cumprimento desta obrigação, cabe o ônus de demonstrar e fazer prova inequívoca do pagamento da verba perseguida. Destarte, tem-se que a Municipalidade tem a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovassem suas alegações. Contudo, nenhum documento hábil a atestar a quitação dos salários pleiteados foi colacionado ao processo. 4. O Tribunal de Justiça de Pernambuco já pacificou entendimento da matéria constante nos autos, ou

81



82
AP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

seja, a cobrança de salários atrasados e não pagos de servidores públicos, estando a relação laboral perfeitamente comprovada. Portanto, sendo a verba pleiteada no processo como de natureza alimentar e não demonstrado pelo município qualquer causa modificativa, extintiva ou suspensiva do direito do autor ela é devida, não servindo como argumento, a simples alegação que seu pagamento viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Por fim, a verba honorária que foi arbitrada em quatrocentos reais, com base no artigo 20, §4º do CPC, não merece reparos. Observo que, tendo sido dado à causa o valor de mil e oitocentos reais, equitativa a apreciação do douto julgador ante a permissividade do dispositivo legal referido, considerando o pequeno valor ofertado à ação, portanto, nada a reformar no decisor. 6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (RA 281188-1/01, 3CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 13/09/2012).

Quanto a notícia da celebração de TAC, considero que este instrumento não gera a automática extinção do direito da autora, pois o princípio do acesso à justiça é amplo (Art. 5º, XXXV, CF) e as medidas coletivas adotadas pelos legitimados extraordinários não impedem que a parte, individualmente, ingresse em juízo para fazer valer os seus direitos.

A título de exemplo basta verificar o teor do art. 104 do CDC:

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Ora, se a própria propositura de ação coletiva não impede o concomitante trâmite de ação individual, o que dizer da celebração de TAC, que para todos os efeitos é um instrumento jurídico extrajudicial.

Atente-se também para o fato de que o TAC ainda não havia sido cumprido pela administração pública quando da

AP



83
AP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

propositura da ação individual pela autora/apelada, conforme bem observado pelo magistrado *a quo*:

"verifica-se que em setembro de 2013, quando do ajuizamento da ação, isto é, mais de nove meses após o desempenho de seu labor perante o Município, ele sequer havia recebido um real de seu salário referente ao mês de dezembro de 2012."

Não obstante isso, os valores pagos por força do TAC foram considerados na sentença, que determinou a sua dedução do montante total do débito, impedindo o enriquecimento sem causa da apelada e o *bis in idem*.

"É bem de ver que o juiz, quando do julgamento do feito, deve levar em consideração os fatos modificativos que ocorrerem supervenientemente (art. 462, do CPC). Assim, considerando que 5/24 (cinco vinte e quatro avos) do salário correspondente ao mês de dezembro de 2012 e o 13º salário do mesmo ano já restaram pagos, remanescendo em favor da parte autora o direito de perceber seu salário deduzido de tal quantia."

No que pertine ao pedido de redução dos honorários advocatícios de sucumbência, tenho que o juiz *a quo* atendeu ao disposto no art. 20, §4º, CPC, não havendo qualquer reparo a ser realizado, conforme pacífico entendimento deste col. Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. A norma processual constante do § 4º do art. 20 do CPC consubstancia permissivo para que o juiz, diante das hipóteses ali descritas, estipule o montante da verba honorária sem limitar-se aos percentuais estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC, facultando-lhe, inclusive, a fixação de tais honorários em valor certo/fixo.

2. Em hipóteses que tais, tenho adotado o entendimento de que os honorários advocatícios sucumbenciais não podem ser arbitrados em valor ínfimo - o que resultaria em aviltamento do exercício da advocacia, função essencial à justiça - nem devem ser estipulados em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.

83



qu

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

3. In casu, não há que se cogitar de excesso, sobretudo porque durante os quase 18 anos transcorridos entre o oferecimento da ação e a prolação da sentença, a advogada da autora/apelada se mostrou diligente, respondendo tempestivamente às solicitações do magistrado a quo e requerendo por diversas vezes o andamento do feito (como se vê às fls. 83, 86, 92, 94 e 96).

4. Nesse quadro, o valor fixado a título de honorários (R\$ 10.000,00) condiz com a realidade dos autos, sendo certo que a pretendida redução da verba honorária sucumbencial implicaria em remuneração irrisória, nos moldes das considerações acima tecidas.

5. Apelação desprovida.

(TJPE, AC 0267616-8, rel. Des. Francisco Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, Julgado em 19.04.2012).

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão monocrática proferida, **VOTO** pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo na apelação, ratificando em todos os termos a decisão impugnada, ao tempo em que a submeto a matéria à apreciação desta Egrégia Câmara.

Recife, 26 de setembro de 2014


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator